

RUPTURAS DA ORDEM NEOLIBERAL: CRÍTICA AO INDIVIDUALISMO, À ATOMIZAÇÃO POLÍTICA E À POLARIZAÇÃO IDENTITÁRIA

Lucas Alvarenga Gontijo¹
Mariana Ferreira Bicalho²

RUPTURES OF THE NEOLIBERAL ORDER: CRITIQUE OF
INDIVIDUALISM, POLITICAL ATOMIZATION AND
IDENTITY POLARIZATION

RESUMO: O neoliberalismo compreendido como ordem de produção material e reprodução social afetou o mundo do trabalho e conseqüentemente todas as relações humanas no interior da sociedade qual o trabalho está inserido, a definir o conceito de classe. O presente artigo busca compreender a atual conjuntura política e institucional de modo a investigar as subjetividades neoliberais ocultadas no interior das lutas sociais que permeiam as democracias contemporâneas. A partir desse propósito descobriu-se que a dissolução das referências históricas que construíram trabalhadores como sujeitos coletivos, como classe, efetiva-se por meio de um processo de desterritorialização constante, em que as subjetivações tradicionais perderam força, sem que fossem substituídas por outras formas de coesão social. Os trabalhadores atomizamos, guiados pela supervalorização do eu e polarizados por redes e muros digitais deram corpo a um novo ethos social decorrente de uma cultura despolitizada e passiva (meramente consumidora). A produção desse diagnóstico contou com duas análises mais pormenorizadas: a primeira consistiu em analisar as ondas dos movimentos feministas em meio à subjetivação neoliberal. A segunda foi estudar o que ocorreu na democracia brasileira a partir das manifestações de 2013, quando emergiram massas digitais e sua nova economia de identificação. Portanto, as transformações que alteraram a dinâmica da esfera política contemporânea é o problema tema desse artigo. O prognóstico alcançado consistiu em reconhecer que as massas digitais fizeram da própria identidade um fetiche do capitalismo imaterial, afastando o sentido ético da política ou, ainda, confundindo-o com a concorrência. Essa perspectiva crítica permitiu defender de maneira transparente e contundente que as relações sociais se devem a construções intersubjetivas plurais e ao mesmo tempo reconhecidas mutuamente entre os indivíduos de uma comunidade política.

Palavras-chave: Atomização política. Neoliberalismo. Polarização. Identidade.

ABSTRACT: Neoliberalism understood as an order of material production and social reproduction affected the world of work and consequently all human relations within the society in which work is inserted, withering the concept of class. This article seeks to understand the current political and institutional situation in order to investigate the neoliberal subjectivities hidden within the social struggles that permeate contemporary democracies. From this purpose, it was discovered that the dissolution of historical references that built workers as collective subjects, as a class, takes place through a process of constant deterritorialization, in which traditional subjectivations lost strength, without being replaced by other forms social cohesion. Atomized workers, guided by the overvaluation of the self and polarized by digital networks and walls, gave form to a new social ethos resulting from a depoliticized and passive (merely consuming) culture. The production of this diagnosis had two more detailed analyzes: the first consisted of analyzing the waves of feminist movements in the midst of neoliberal subjectivation. The second was to study what happened in Brazilian democracy after the 2013 demonstrations, when digital masses and their new identification economy emerged. Therefore, the transformations that have altered the dynamics of the contemporary political sphere are the main issues of this article. The prognosis reached was to recognize that the digital masses have made their own identity a fetish of immaterial capitalism, removing the ethical sense of politics or, still, confusing it with competition. This critical perspective allowed to defend in a transparent and forceful way that social relations are due to plural intersubjective constructions and at the same time mutually recognized among individuals in a political community.

Keywords: Political atomization. Neoliberalism. Polarization. Identity.

¹ Mestre e doutor em Filosofia do Direito pela UFMG. Professor da graduação e do programa de pós-graduação em direito stricto sensu da PUC Minas. Professor titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito Milton Campos.

² Mestra e doutoranda em Teoria do Direito e da Justiça pelo PPGD PUC Minas, com bolsa CAPES.



1 PRODUÇÃO MATERIAL E REPRODUÇÃO SOCIAL

É sustentável afirmar que há certa hegemonia do modo de vida capitalista nas sociedades contemporâneas. Se isso for uma premissa verdadeira, o capitalismo cria os processos de produção material e de reprodução das visões e divisões do mundo social na vida humana hodierna. Por isso, a individualização presente nas sociedades contemporâneas só pode ser compreendida se houver clareza do tipo de produção material e reprodução social que se fazem presentes na estruturação dos entendimentos de vida, nessa realidade. Segundo Marx e Engels, a história das ideias se altera com a produção material do seu tempo, isto é, a ordem subjetiva do mundo social é produto da ordem material dominante. No sistema de reprodução capitalista, a produção material e, conseqüentemente, a reprodução social (visão e divisão do mundo social), dissolve a dignidade do ser humano no valor de troca. Para tanto, o Estado se torna o aparato responsável por manter os indivíduos no interior de um espaço territorial uniformizado e, ao mesmo tempo, fragmentado: uniformizado pelo direito e seus aparelhos disciplinares – como a escola, o exército, o banco central, a língua nacional, as comemorações patrióticas impostas por meio de uma memória forçada - e, para além dessa força homogeneizante há, paradoxalmente, um força fragmentadora: concorrência.

Nessa construção, a vida política e o espaço comum se tornam meros meios para se garantir a realização materialista do indivíduo na esfera privada. Isto porque o capitalismo é um modo de produção que visa a acumulação de riquezas e não a reprodução e potencialidade da sociedade. A sociedade em si não é vista como um espaço de potência, de construção de valores e visões de mundo, porque esse espaço é deslocado e reduzido ao mercado, ao ambiente privado e, como resultado, a liberdade produzida pelo capital é a liberdade do homem como mônada recolhida dentro de si mesmo (MARX, 2010).

Para que o capital se mantenha como ordem de produção material e reprodução social hegemônica, necessita revolucionar, constantemente, os meios de produção e, em consequência, as relações de produção, incluindo as relações sociais. Não é possível

manter um sistema social, econômico e político que visa a acumulação de riquezas e não a reprodução da sociedade, sem se reinventar constantemente. Por esse motivo, o capital depende da existência de crises econômicas, sociais e políticas. A partir da existência de crises é possível ao capital, por um lado, exterminar uma massa de forças (im)produtivas, o que, de certa forma, sugere a guisa para o que Foucault cunharia pela expressão biopolítica e, por outro lado, explorar e descobrir novos mercados e novas formas de exploração.

É essencial compreender que o capital se mantém por meio da existência de crises. Somente assim é possível identificar e analisar seriamente as novas formas de produção e reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, os novos desenhos de exploração que florescem no interior da sociedade.

Essa engrenagem pode ser visualizada na guinada econômica, social e política neoliberal das últimas décadas. O neoliberalismo, compreendido como ordem de produção material e reprodução social, afetou o mundo do trabalho e conseqüentemente todas as relações sociais no interior da sociedade na qual o trabalho está inserido. É possível ler que o neoliberalismo é produto de uma transformação de mercado, isto é, produto de uma crise econômica anterior, que resultou em novos meios de produção material e reprodução social.

Neste artigo, buscar-se-á trabalhar como o neoliberalismo modificou as relações sociais e políticas, radicalizando a individualidade e definindo o conceito de classe, ao introduzir de forma drástica a lógica da concorrência na totalidade da vida dos indivíduos. Parte-se da hipótese de que essas mudanças contribuíram para construção de indivíduos e grupos com costumes extremamente narcísicos na contemporaneidade, possibilitando o retorno de discursos que naturalizam o sujeito, amoralizaram escolhas políticas, exaltam líderes e grupos sem qualquer análise crítica sobre seus desígnios e, sobretudo, polarizaram de forma agressiva a sociedade. Na atualidade, as redes sociais desempenham papel de amplificar essas características.

Para cumprir com o objetivo proposto, em um primeiro momento, analisar-se-á mudanças no âmbito das relações sociais e institucionais que permearam a consolidação do neoliberalismo como ordem política e econômica mundial. Em seguida, adentrar-se-á

na atual conjuntura política e institucional, a desvendar as subjetividades neoliberais ocultas no interior das lutas sociais, políticas e institucionais que permeiam as democracias contemporâneas, incluindo a democracia brasileira.

2 A DESCENTRALIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E ATOMIZAÇÃO POLÍTICA

Dois pontos são centrais para compreender os aspectos materiais e subjetivos do neoliberalismo: a flexibilização e a precarização do trabalho e as subjetividades necessárias para materialização, no interior da sociedade, da flexibilização do trabalho e, conseqüentemente, do aniquilamento dos direitos sociais historicamente adquiridos.

De acordo com Luis Henrique Alonso (2009), para que o trabalho precário fosse consolidado nas sociedades contemporâneas, foi necessário a descentralização do lugar social do trabalho, por meio da diminuição da importância política do trabalho e das organizações historicamente representativas, os sindicatos. Além disso, a ordem neoliberal contou com a dissolução das referências históricas que constroem o trabalhador como sujeito coletivo, como classe.

Para compreender essa hipótese, necessário ter clareza do que foi abandonado. O período fordista-keynesiano, iniciado na primeira guerra mundial e consolidado no final da segunda, foi caracterizado pela mecanização dos processos de produção e pela massificação dos objetos industriais. Como afirma Alonso (2009), o mundo do trabalho se separava pela primeira vez da miséria generalizada, erguendo os mercados de consumo nacionais e solidificando, aos poucos, o modo de organização do trabalho e o modo de vida do trabalhador fabril.

Se o mundo material está diretamente imbricado ao mundo subjetivo, pode-se dizer que o período fordista foi responsável por um autêntico modelo de produção e regulação social. De um lado, grandes fábricas, com numerosos trabalhadores sendo vigiados (modelo panóptico), do outro lado, um mercado de massa ainda embrionário, com produtos poucos variados e com preços baixos para cumprir a demanda ainda crescente. Pouco importava ao mercado, nesse período, as especificidades e peculiaridades de cada trabalhador.

Tratava-se de uma sociedade do trabalho estável e da busca pelo pleno emprego. Em regra, o trabalhador possuía único ou poucas modalidades de empregos em sua trajetória profissional e, com pequenas exceções, não necessitava de grandes qualificações. No âmbito político, as lutas se pautavam na melhoria das condições de trabalho e salário, além da expansão e qualidade dos bens e serviços públicos. Em síntese, o período era uma combinação entre cidadania trabalhista e nacionalidade (expansão dos mercados internos).

Essa configuração produtiva e social teve consequências na luta política. Engendrou-se uma disciplina contratual de cunho estatal, tanto para os empregadores, quanto para os empregados. Ambos utilizaram o Estado e as instituições estatais para garantirem seus interesses. Nesse sentido, comenta Alonso (2009, p. 135):

[...] como extensión social de la disciplina productiva se concreta una disciplina “contractual” por la cual, tanto en la esfera de la producción como en la distribución del excedente, se reconoce y consagra, vía estatal, el papel regulador de las organizaciones obreras, institucionalizando a todos los niveles posibles (empresa, rama o sector, Estado-nación, etc.) la idea de un nuevo contrato social en el que cada agente social trata de imponer su estrategia: para las organizaciones situadas en la órbita del capital (partidos conservadores, patronales, etc.), es la forma de utilizar el principio de la delegación obrera como relación jerárquica de control; para los sindicatos y partidos con bases parcialmente obreras, es la forma de conseguir avances políticos sustantivos, mejoras importantes en el nivel de vida y, sobre todo, su reconocimiento como parte negociadora.

O novo contrato social, firmado entre trabalhadores, empregadores e instituições representativas, resultou no afunilamento, ao longo dos anos, da luta trabalhista em âmbito institucional, deixando em segundo plano a politização e a mobilização da massa de trabalhadores. Em outras palavras, o campo de luta dos trabalhadores foi quase reduzido ao campo institucional, intensificando cada vez mais a burocratização e a profissionalização do ofício político e reduzindo cada vez mais as mobilizações de base e, com isso, as afinidades entre os trabalhadores e suas instituições representativas.

Ocorre que, como demonstrado por Foucault (2010), não há espaço vazio de poder. A ausência de mobilização e politização da massa de trabalhadores, a concentração dos conflitos no cerne do Estado, o esvaziamento da participação popular e das construções coletivas e, sobretudo, a perda, ou melhor, a não construção de uma referência coletiva

sobre a classe trabalhadora, deixou caminhos abertos, sem barreiras, para a nova governabilidade capitalista, neoliberal, focada em mecanismos de individualização - tanto do trabalhador quanto do consumidor.

É importante ressaltar que, como demonstrado por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2002), as transformações históricas do capitalismo sempre recuperam e ressignificam as críticas dirigidas contra ele no período anterior para legitimar sua nova formação. A nova forma de produção material e reprodução social nasceu com a saturação econômica do período anterior, com o declínio da produção fabril e de massa, mas foi legitimada por discursos aparentemente otimistas, que denotavam certo entusiasmo humanizante, como “equipes horizontais”, redes flexíveis, criatividade individual, era do conhecimento, etc.

Na prática, cresceu o mercado de serviços e, os trabalhadores, sem referência de classe e diante das novas possibilidades de emprego disponíveis, tornaram-se, ao longo dos anos, empreendedores de si, instáveis, dependentes de capacitação constante e mergulhados em uma constelação de empregos e micro contratos de serviços individualizados. O consumo, antes massificado, com as novas tecnologias e, sobretudo, com as redes sociais, se tornou cada vez mais individualizado, adaptado às demandas particulares de cada grupo ou indivíduo.

Em síntese, ao longo das últimas décadas, o capital fomentou o individualismo exacerbado, a liquidez das relações sociais e a concorrência em todos os aspectos da vida³.

Nessa nova construção econômica e social, a reprivatização e a ampliação constante da concorrência entre os trabalhadores passou a ser a engrenagem do novo capitalismo, que se inicia nos anos setenta e se amplia até os dias atuais. Entretanto, se a troca pressupõe igualdade, a concorrência neoliberal necessita de desigualdade e rivalidade.

No modelo hegemônico atual – globalizado, neoliberal e financeirizado –, há, como afirma Nancy Fraser (2015), o agravamento da opressão por meio da exploração e da

³ Faz-se interessante transcrever esta ilustrativa passagem de Luis Alonso: “El discurso de la competitividad se hace así total, tanto en el espacio: la globalización (la ruptura del pacto keynesiano a nivel territorial), como en el tiempo – aceleración de los ritmos de rotación y renovación de los factores -, como entre las personas – competencia por el puesto de trabajo – o entre las ciudades e regiones; desaparacimiento con todo ello la posibilidad de utilizar las políticas estatales de sostenimiento de la demanda encaminadas a ordenar el crecimiento económico y garantizar una cierta estabilidad de las rentas salariales por la vía de las políticas redistributivas” (ALONSO, 2009, p. 147).

expropriação em novos formatos. O capitalismo estruturalmente explora a mão de obra, por meio do trabalho assalariado e expropria os indivíduos das suas propriedades (terra, ferramentas), com uso do aparato militar ou da dívida. Entretanto, na configuração capitalista atual, a expropriação também é subjetiva e institucional. As certezas anteriores para empregabilidade (direitos, sindicatos, instituições) se desmancharam no ar: o trabalhador perdeu suas garantias institucionais, relacionais e informacionais. Há, como afirma Maurizio Lazzarato, um processo de desterritorização constante, em que subjetivações tradicionais, como a subjetivação operária, socialista, comunista, perderam força, sem serem substituídas por outras formas de coesão social (LAZZARATO, 2014).

No mesmo processo, o Estado, o governo, as instituições, os empregadores, e até mesmo os próprios trabalhadores, consolidam no imaginário coletivo uma multiplicidade de normalidades – desemprego, flexibilização, precariedade, escassez -. Essas novas normalidades fazem com que os indivíduos permaneçam constantemente com a sensação de insegurança, medo, a produzir, no interior da sociedade, incertezas mobilizadoras. Diferente de sociedades em que a disciplina é a engrenagem mobilizadora, como no período fordista, a sociedade da insegurança é construída por disciplinas instáveis, mutantes, líquidas (LAZZARATO, 2011). A incerteza do futuro é o fio condutor das relações.

Nota-se que o modelo (in)disciplinar neoliberal só é possível em uma realidade que foi pautada ao longo dos anos no individualismo exacerbado e na precariedade econômica e existencial dos indivíduos. A gestão neoliberal garante que a exacerbada polarização de renda e de poder no interior da sociedade não resulte em dualismos políticos irreduzíveis, fazendo com que cada indivíduo se torne empresário de si mesmo. Nessa lógica, o Estado faz da sociedade uma espécie de empresa. Não cabe mais garantias asseguradas coletivamente (como a previdência). Cada indivíduo/empresário deve buscar sua capitalização e o seu seguro individual, a afastar, assim, a noção de solidariedade ou mesmo de alteridade. Do mesmo modo, não é preciso distribuir renda em sociedades tão desiguais, o assistencialismo não combina com a meritocracia produzida pelo jogo concorrencial. Essa ideia encontra preclaro respaldo nas lavras de Maurizio Lazzarato:

Assim, a capitalização é uma das técnicas que devem contribuir para transformar o trabalhador em “capital humano”, aquele que garante por si só a formação, o crescimento, a acumulação, a melhora e a valorização de “si” enquanto “capital” por meio da gestão de todas as suas relações, suas escolhas, suas condutas segundo a lógica da relação custo/investimentos e segundo a lei da oferta e da demanda. A capitalização deve contribuir para fazer dele “uma espécie de empresa permanente e múltipla. O que agora é exigido dos indivíduos não é a garantia da produtividade do trabalho, mas a rentabilidade de um capital (de seu próprio capital, de um capital inseparável de sua própria pessoa) (LAZZARATO, 2011, p. 31-32).

O indivíduo não é mais trabalhador, mas capital-competência. Não se trata de vender sua mão de obra barata, trata-se de estilo de vida, de uma escolha moral. Trata-se, sobretudo, de generalizar a lógica do mercado ao sistema social inteiro. Enquanto no capitalismo anterior os indivíduos tinham certa autonomia no ambiente privado, o capitalismo atual passou a construir a ideia do sujeito empreendedor de si e da sua vida. Há um agravamento da atomização e do narcisismo dos indivíduos em sociedade. Todos passam a se enxergar como concorrentes de todos, ao mesmo tempo que dependem de crenças e paraísos artificiais (como o consumo e a popularidade nas redes sociais) para se realizarem. Assim, o fracasso, o desemprego, a miséria, não são vistos como resultado das contradições inerentes ao capitalismo, das distribuições desiguais de renda, de crises macroeconômicas de cunho global, mas da inaptidão individual, moral, da incapacidade de se adaptar aos padrões requeridos pela sociedade atual. O discurso político da luta de classes se define para o florescimento do campo moral, da naturalização do sujeito como capital humano.

3 AS LUTAS SOCIAIS NA ERA NEOLIBERAL

As novas relações sociais que nasceram com o neoliberalismo resultaram em novas subjetividades e agentes políticos nas lutas políticas. Isso porque, como demonstrado, as condições materiais contribuem para que as subjetividades políticas encontrem repercussão num dado momento histórico. Contemporaneamente, os indivíduos ou coletivos buscam na atuação política defender suas especificidades e demandas, afastando-se da noção de classes mais abrangentes e da possibilidade de consensos provisórios entre indivíduos e grupos.

Essa realidade pode ser vista nas últimas grandes manifestações populares no Brasil e no mundo. Tanto na denominada Primavera Árabe, como nas manifestações populares que tomaram as ruas no Brasil em 2013. Em todas essas manifestações predominaram a ausência de líderes e a multiplicidade de demandas, o dissenso. No Brasil, cada indivíduo ou coletivo de pessoas, segurava seu cartaz com sua manifestação particular, isto é, as necessidades dos indivíduos particulares e de grupos específicos adquiriram prioridade sobre demandas comuns entre os indivíduos e os grupos fragmentados nas manifestações. Melhor dizendo, a era da insegurança também tomou conta da luta política: sem as instituições e grupos que lideravam anteriormente (e com espaços vazios de poder), movimentos nasceram e morreram instáveis, sem passado, sem futuro e muitos deles foram capturados por entidades e políticos profissionais da extrema direita.

Nota-se que a captura das manifestações populares só foi possível em uma sociedade mergulhada no individualismo e no narcisismo exacerbado. A captura por líderes ou grupos autoritários só é possível em construções sociais com intersubjetividades fracas, escassas, líquidas. Se não há uma construção forte, resistente, onde os indivíduos se enxergam como classe, isto é, onde os indivíduos têm consciência política de classe para si e se as relações sociais não são frutos de construções verdadeiramente coletivas, intersubjetivas, entre indivíduos e grupos de indivíduos, os movimentos abrem espaços para serem capturados por líderes autoritários, valendo-se do sentimento de medo ou a canalizar a violência desencadeada pelas frustrações. O outro caminho comum para esses movimentos atomizados é desfazerem-se no ar.

O quadro se torna ainda mais grave em sociedades que perderam a esperança na mudança pela sociedade e para sociedade e com trabalhadores atomizados, guiados pela supervalorização do eu e polarizados por redes e muros digitais, como será analisado mais adiante. Antes, será necessário trabalhar como a lógica neoliberal também influenciou na ressignificação de valores nas lutas políticas.

Para Nancy Fraser (2001), a luta pelo reconhecimento das diferenças tornou-se a bandeira central de indivíduos e grupos a partir do final do século XX. No que a autora denominou de conflitos pós-socialistas, as bandeiras da raça, gênero, nacionalidade e etnicidade tornam-se o centro do conflito político. Assim, as “identidades grupais

substituem interesses de classe como principal incentivo para mobilização política. Dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E reconhecimento cultural desloca a distribuição socioeconômica como remédio para injustiças e objetivo da luta política” (FRASER, 2001, p. 246). Em outras palavras, com a queda do muro de Berlim, perdeu-se a centralidade no conceito de classe e da luta por redistribuição⁴. Com isso, múltiplos movimentos sociais colocaram como paradigma central da política os seus eixos de diferenças inter-relacionados. Ao trazer a luz uma série de injustiças, esses movimentos apresentaram demandas sobrepostas e, até mesmo, conflitantes entre os indivíduos e os coletivos. Esses conflitos resultaram em um campo político com muita complexibilidade e com pouquíssima coerência programática.

Em parte, aponta a autora, a ausência de coerência se dá porque demandas por reconhecimento, em sua maioria, adotam mecanismos que inflamam e afirmam as especificidades de indivíduos e grupos. As demandas tendem a exaltar as diferenças entre os grupos e não o que os grupos têm em comum. Em outras palavras, em uma visão heterodoxa marxiana, uma classe só existe como coletividade em virtude de sua posição na estrutura político-econômica da sociedade e na sua relação com outras classes e, portanto, a tarefa enquanto classe é abolir-se enquanto classe. A classe marxiana não necessita que sua diferença seja reconhecida, mas abolida. Já no âmbito do reconhecimento, a luta é por mudanças nas avaliações culturais que privilegiam determinados grupos. Consequentemente, o remédio não é abolir determinado grupo, mas reconhecer e respeitar a existência de determinado grupo. Como expõe Fraser (2001, p. 259) “no primeiro caso, a lógica do remédio é de homogeneizar os grupos sociais. No segundo caso, ao contrário, é de valorizar a peculiaridade do grupo, reconhecendo sua especificidade”.

Embora seja possível fazer essa distinção teórica, na prática, a maior parte dos indivíduos, explorados economicamente e dominados culturalmente, fazem parte de coletividades ambivalentes, que necessitam tanto da redistribuição de forma ampla para

⁴ Nancy Fraser adota o termo redistribuição de forma ampla, englobando diversos mecanismos de reestruturação político-econômica, como, por exemplo, redistribuição de renda, reorganização do trabalho e controle social dos investimentos públicos. Trata-se de uma mudança substancial da esfera produtiva e, não, apenas de redistribuição de renda propriamente dita.

suprimir as injustiças materiais, quanto do reconhecimento social para abolir as injustiças culturais. É certo, portanto, que a subordinação econômica e cultural da maior parte dos grupos só pode ser suprimida com mudanças econômicas e de reconhecimento, isto é, mudanças transformativas em toda estrutura de funcionamento da sociedade.

Contudo, na prática, emergiu na esfera pública movimentos que tem pleiteado uma atuação que privilegia o reconhecimento sobre a distribuição e, ainda, que privilegia demandas afirmativas e, não, transformativas – a lógica da afirmação é corrigir as desigualdades sem alterar as estruturas que geram as desigualdades, enquanto a lógica transformativa requer transformação das estruturas e, portanto, de toda sociedade.

Isso pode ser percebido no multiculturalismo dominante nas últimas décadas. O desrespeito e não-reconhecimento de determinados grupos é solucionado por meio da reavaliação das identidades fixas, mantendo intacto o conteúdo das identidades e as diferenciações entre os grupos. É como se qualquer identidade existisse por si própria - por fora de relações sociais específicas de seu tempo - e necessitasse apenas do reconhecimento da coletividade. Essa concepção vai na contramão da compreensão do campo social como constitutivo de identidades e classes e, ainda, da compreensão de que as identidades – política e ideológicas - são construídas em relações assimétricas de poder. As identidades na luta política são estratégias de defesa ou dominação. Como expõe Vladimir Safatle, é preciso questionar a percepção da política como

[...] uma rede atomizada de grupos fortemente identitários negociando infinitamente seu reconhecimento no interior de uma dinâmica frágil de tolerância. Devemos falar em “dinâmica frágil de tolerância” pelo fato de identidades culturais serem, ao menos nesse contexto, necessariamente defensivas por operarem como construções que se definem por oposição e exclusão. Identidades culturais – ou seja, aquelas ligadas à afirmação da especificidade de forma de vida que se estruturam a partir de etnias, nacionalidades, religiões, modos de sexualidade, vínculos a sistemas de costumes – sempre se definem sob tensão, se não quisermos adotar “a ilusão tipicamente liberal de um pluralismo sem antagonismo”. Ilusão baseada no esquecimento de que identidades, sejam políticas ou psicológicas, sempre são construídas no interior de relações assimétricas de poder, sendo por isso expressões de estratégias de defesa ou de dominação. A sensibilidade a esse antagonismo só poderia ser minorada através da consolidação de um espaço fortemente igualitário para além de diferenças culturais, e não através de uma politização extrema do campo da cultura (SAFATLE, 2016, p. 241).

Fraser (2019), ao analisar os movimentos feministas das últimas décadas, avaliou como o neoliberalismo influenciou nas lutas sociais, incluindo as convergências entre os movimentos contemporâneos e a era pós-fordista, desorganizada e transnacional. A autora traz à tona a discussão sobre como as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda do feminismo integraram, também, o novo espírito do capitalismo pós-guerra. Sua hipótese é de que a segunda onda iniciou integrando as injustiças econômicas, culturais e políticas, em uma crítica sistematizada. Contudo, nas décadas posteriores, as dimensões de injustiças foram cada vez mais separadas entre si e da crítica ao capitalismo, tornando sua incorporação seletiva.

No que Fraser (2009, pp. 16-17) denominou capitalismo organizado pelo Estado⁵, havia quatro características centrais que possibilitaram as críticas feministas iniciais. Primeiro, o *economicismo* foi responsável por organizar as questões sociais em termos distributivos. Com isso, o paradigma político central era em torno de classes econômicas e, conseqüentemente, em torno das desigualdades sociais. Logo depois, ela analisa o *androcentrismo* a perceber que isso colocava o cidadão ideal como trabalhador masculino, chefe de família e o trabalho ideal como o trabalho assalariado, institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho. Terceiro, o *estatismo* foi responsável pela lógica gerencial, por tratar os indivíduos como clientes, consumidores e, não, como cidadãos. Esse *ethos* resultou em uma cultura despolitizada e na formação de cidadãos passivos. Por fim, os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas, eram *westfalianos*, isto é, suas forças eram direcionadas ao desenvolvimento do Estado nacional, da cidadania nacional, canalizando a luta política no interior do Estado nacional e negligenciando as injustiças transfronteiriças.

Essas características – economicista, androcêntrica, estatista e westfaliano – foram objetos de ataque por parte das feministas da segunda onda, unidas com a nova esquerda e com os grupos anti-imperialistas, no final das décadas de sessenta e setenta. As feministas socialistas, negras e anti-imperialistas foram precursoras de uma alternativa interseccional que juntava classe, raça, sexualidade e nacionalidade, sem colocar o gênero

⁵ Trata-se da formação hegemônica dos Estados no período pós-guerra, onde os Estados exerciam um papel ativo na condução das economias nacionais – tanto nos Estados de Bem-estar social quanto nos Estados desenvolvimentistas.

como privilégio categorial. Elas afastaram uma concepção meramente economicista de desigualdade, ampliando o campo de ação da justiça incluindo os temas da sexualidade, reprodução e violência. Saíram de uma visão monista para alcançarem uma dimensão ampla: econômica, cultural e política. Isso possibilitou uma compreensão sistêmica dos problemas da sociedade e, conseqüentemente, da solução: para acabar com a subordinação das mulheres é necessária uma transformação profunda da totalidade da sociedade.

No âmbito do androcentrismo, formularam uma crítica integrativa entre economia, cultura e política, relacionando a subordinação feminina ao capitalismo. Não buscavam apenas incorporar as mulheres nos postos de serviços ocupados por homens, mas reestruturar os próprios valores ligados ao trabalho na sociedade. No âmbito do Estado, pleiteavam um espaço mais democrático e participativo, buscando a transformação das relações entre Estado e sociedade. Por fim, em menor grau, mas existente, o movimento também estava sensível as injustiças transfronteiriças, como no caso da Guerra do Vietnã e na luta anti-imperialista. Nesse sentido, dispõe Fraser (2009, p. 21),

[...] a segunda onda do feminismo aderiu a um projeto político transformador, baseado em um entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, hierárquica de status e sujeição política. Para elas, ademais, o feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, no qual as lutas contra injustiças de gênero estavam necessariamente ligadas a lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, todas as quais exigiam uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista.

Contudo, a segunda onda do feminismo coincidiu com a transformação do capitalismo organizado pelo Estado para o neoliberalismo. Como demonstrado, o neoliberalismo, ao contrário do estágio anterior, utiliza do mercado para domesticar a política, altera o dirigismo pela privatização e desregulamentação da economia, troca a cidadania pelo empreendedorismo de si e coloca o Estado na lógica de mercado: competitivo, enxuto e mesquinho. Ao lado dessa nova formação política, surgiu um discurso feminista de massa, da grande mídia, inorgânico, que se afastou cada vez mais dos movimentos da contracultura, coesos, orgânicos, e que atraiu diversos partidos, ideologias, classes, grupos e nacionalidades. Contudo, nesse fenômeno de massa, as

pautas anteriores foram fortemente ressignificadas. As reivindicações por justiça foram cada vez mais esvaziadas, ampliando as reivindicações por reconhecimento das diferenças e da identidade e ocultando cada vez mais a crítica da economia política. Essa troca de paradigma não foi contrária ao neoliberalismo, mas, em certo sentido, seu aliado. Como afirma Fraser (2009, p. 24):

[...] o momento não poderia ter sido pior. A volta para o reconhecimento se encaixou muito nitidamente com um neoliberalismo em ascensão que não queria nada mais do que reprimir toda a memória de igualitarismo social. Assim, as feministas tornaram absoluta a crítica da cultura precisamente no momento em que as circunstâncias requeriam atenção redobrada à crítica da economia política. Conforme a crítica se fragmentava, além do mais, a tendência cultural se tornava separada não apenas da tendência econômica, mas também da crítica do capitalismo que as integrara anteriormente. Separada da crítica do capitalismo e disponibilizada para articulações alternativas, estas tendências poderiam ser reduzidas no que Hester Eisenstein chamou de “uma conexão perigosa” com o neoliberalismo (EISENSTEIN, 2005).

Diversas demandas do movimento de massa, da grande mídia, passaram a convergir com a lógica capitalista – é o que se pode ver na noção de *teto de vidro* e nos discursos que pleiteiam mulheres nos altos cargos de empresas e multinacionais, sem questionar os valores que integram essas posições e as desigualdades salariais e sociais no interior das próprias instituições. Pode-se visualizar o espírito neoliberal, também, no aumento de políticas de autoajuda e nos discursos de empoderamento individual. De certa forma, esse fenômeno de massa foi, na verdade, uma massificação do feminismo liberal, com pretensão não igualitária, mas meritocrática (ARRUZZA, BHATTACHARYA & FRASER, 2019).

Dessa forma, o neoliberalismo conseguiu pulverizar as demandas radicais da segunda onda do feminismo ao ressignificar e massificar seus valores, assim como conseguiu atomizar os trabalhadores com discursos meritocráticos, individualistas, narcisistas e esvaziar conceitos de classes mais amplos. A seguir, demonstrar-se-á como esse quadro se agravou nos últimos anos, especialmente com o surgimento das massas digitais.

3.1 As massas digitais

Na busca por demandas por reconhecimento, afirmação identitária e empoderamento individual, grupos digitais inorganizados afluíram na esfera pública. Nessa nova configuração política, discussões saíram do campo da política para desaguarem no campo da moral. Trata-se de uma combinação entre políticas fortemente identitárias/individualistas com a idealização do eu e do ódio ao diferente, bem como na junção de afetos de ressentimento e vingança. Essa combinação resultou em grupos com baixa densidade de demandas transformativas e alta densidade identitária/individualista. Como demonstrado por Christian Dunker, nos últimos anos se formaram “pequenas massas e grandes grupos sem nenhuma perspectiva de classe” (DUNKER, 2017, p. 299).

Os grupos digitais inorganizados passaram a ser um fenômeno de diversos setores da sociedade, tanto na experiência política conservadora, quanto na experiência progressista. Esse fenômeno pôde ser visualizado nas eleições presidenciais de Jair Bolsonaro, no Brasil – o período eleitoral foi marcado por discussões extremamente polarizadas nas redes sociais, inflamadas por grupos inorganizados e cada vez mais auto enclausurados em bolhas digitais e sociais.

Como afirma Dunker (2019), existem experiências políticas que colocam em risco a manutenção do sujeito democrático. O sujeito democrático pressupõe, entre outras coisas, capacidade de empregar a razão no espaço público, o reconhecimento da troca de argumentos como caminho para tratar de conflitos políticos e o reconhecimento da humanidade e da liberdade daqueles que pensam ideologicamente contrário. Em algumas condições, essas capacidades são suspensas, como no funcionamento de massa. Nesse sentido, afirma o autor:

[...] No estado de massa somos tomados por uma espécie de amnésia e de falsa coragem, e dizemos e fazemos coisas que nunca nos autorizaríamos se estivéssemos sozinhos, com nossa consciência. Suspendemos a hipótese de que os outros são sujeitos como nós e os tratamos como objetos ou instrumentos de nossas crenças e interesses, destituindo-lhes a inclusão em nosso paradigma de humanidade. Dessa forma, transformam-se em estrangeiros que não falam nossa língua, em monstros que não seguem nossas leis e animais destituídos de nossa racionalidade (DUNKER, 2019, s/n).

Analisando a realidade brasileira dos últimos anos, Dunker (2019) parte da hipótese de que a experiência democrática brasileira está ameaçada pelas transformações que ocorreram entre 2013 a 2018, quando emergiram massas digitais e sua nova economia de identificação. Para o autor, “quando nossos grupos de referência passam a funcionar ao modo de massas digitais e quando a idealização do líder torna cada um de nós um herói em potencial, os afetos assumem uma dinâmica segregativa” (DUNKER, 2019, s/n).

Ao atuar como massa, o indivíduo comum se sente poderoso e, ao ser questionado, impõe argumentos dogmáticos e se afasta cada vez mais da troca de razões. A atuação de massa impõe uma economia de grupos que envolve rivalidade, concorrência, com outros grupos e indivíduos, colocando o ódio como afeto central das relações. Ao contrário do reconhecimento da autenticidade de cada um, massas pressupõe a dissolução de identidades individuais em traços característicos dos grupos que pertencem. A atuação em massa não pressupõe que identidades são sempre provisórias, fluidas, normalmente relacionadas a estratégias de defesa ou dominação. Ao contrário, a identidade do grupo é essencializada, naturalizada como algo inerente ao grupo.

Conforme expõe Dunker (2019), a ampliação do acesso a internet e a formação das massas digitais ocorreu em conjunto com o período lulo-petismo, responsável pelo processo de expansão da cidadania e do consumo. Também se relaciona ao aumento da mobilidade social e, conseqüentemente, da instabilidade identitária de classe decorrente dessa mobilidade. Como exposto na primeira parte do artigo, a mobilidade social não foi acompanhada de uma verdadeira construção política, o que fez com que os cidadãos se tornassem cada vez mais consumidores, passivos, despolitizados.

A ausência uma verdadeira politização da sociedade e a atomização de indivíduos que se veem como capital-competência e consumidores e, não, como agentes políticos, contribuiu para o agrupamento de sujeitos em torno de teorias conspiratórias ou inimigos comuns, isto é, contribuiu para regressão social ao funcionamento de massa. O funcionamento de massa acarreta mudanças do funcionamento discursivo da sociedade: auto enclausuramento, argumentos dogmáticos, sentimento de divisão social, ruptura de laços sociais, familiares, amorosos. O campo social também passou pelo reconhecimento de novos sujeitos políticos, que não eram mais definidos pela hierarquia representativa –

políticos, sindicatos, partidos – mas por gênero, raça, afinidade moral, afinidade estética, natureza religiosa (DUNKER, 2019, s/n). Essas transformações alteraram a dinâmica da esfera política contemporânea.

Nota-se, portanto, que o neoliberalismo aprofundou como paradigma central da política as demandas de indivíduos ou grupos específicos. Contudo, na prática, muitos grupos inorgânicos, de massas digitais, fizeram da própria identidade um fetiche do capitalismo imaterial, afastando cada vez mais do sentido ético da política: aquela que compreende que as relações sociais são fluidas, instáveis e que deve se buscar construções intersubjetivas, plurais, comuns, entre os indivíduos e, não, concorrencial.

4 DO INDIVIDUALISMO A POLÍTICA: ROMPER OS MUROS, CRIAR COALISÕES

A velha máxima de Marx ainda se faz necessária: ou a sociedade transforma a si mesma ou não se transforma. Em outras palavras, nos moldes atuais, uma sociedade que não constrói coletivamente a sua realidade, com uma política de pretensão comum, está fadada ao autoritarismo constante e a insegurança mobilizadora. Como propõe Nancy Fraser (2015), as crises também podem servir de alicerce para a construção do novo, mas, o novo só pode surgir quando novas subjetividades são (re)apresentadas, quando diferentes formas de visão e de divisão do campo social são construídas na consciência da população. Contudo, para que essa construção seja democrática, ela deve partir de uma construção coletiva, intersubjetiva, comum, entre todos agentes sociais. A luta comum é oposta ao individualismo e a concorrência atribuída pela lógica neoliberal. É preciso disputar o campo das ideias, construir consensos, classes abrangentes de luta. Isso significa agentes atuantes e propositivos no campo político e social, o que pressupõe coesão, sistematização e não cidadãos e grupos atomizados que visam apenas suas próprias demandas. Trata-se, portanto, da construção de coalizões amplas, na batalha aberta por demandas do seu tempo. Não se trata de apagar as diferenças, mas de alcançar elos comuns como a insustentável desigualdade material e imaterial, no interior das nações e nas disputas geopolíticas. É preciso ampliar o alinhamento da política cultural da diferença combinada com uma política social de igualdade. Ambas as pautas se retroalimentam. Estruturalmente, as economias política e cultural estão interligadas no capitalismo, assim

como as injustiças de distribuição e reconhecimento. A combinação dessas pautas permite elos transformativos e construções mais democráticas de sociedade.



REFERÊNCIAS

ALONSO, Luis Enrique. **Prácticas económicas y economía de las prácticas**. Crítica del postmodernismo liberal. Madrid: Catarata, 2009.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Móstoles: Ediciones Akal, 2002.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. *In: Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Reinvenção da intimidade**. Políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 245-282.

FRASER, Nancy. **Entrevista: Uma feminista propõe repensar a esquerda**. Outras palavras, dez. 2018. Entrevista concedida a Shray Mehta. Tradução de Inês Castilho. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrapolitica/uma-feminista-propoe-repensar-a-esquerda/> Acesso em: 15 dez. 2019.

FRASER Nancy. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. **Critical Historical Studies**, 2015.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p.11-33, jul./dez. 2009.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Tradução de Ranato Zwick. Porto Alegre: LEPM, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GONTIJO, Lucas Alvarenga; BICALHO, Mariana Ferreira. Rupturas da ordem neoliberal: crítica ao individualismo, à atomização política e à polarização identitária. **RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 3, p. 141-159, set./dez. 2020.

Recebido em: 21/09/2019

Aprovado em: 30/07/2020